

Honr. 50
Paulo Vistas
14/11/16
ATA NÚMERO QUATRO

Paulo Vistas
Presidente

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 1 Assistente Técnico para a Divisão de Infraestruturas, Fiscalização e Manutenção (Ref.ª D).

1. Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, nas instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, sitas no edifício sede destes Serviços Intermunicipalizados, pelas 10h00 horas, reuniu o júri do processo concursal em epígrafe, aberto por Aviso n.º 6130/2016, Diário da República, 2ª série, n.º 92, de 12 de maio de 2016, a fim de proceder ao projeto de classificação e ordenação de candidatos e respetiva proposta de homologação.

O referido júri é composto:

Presidente: Eng.ª Ana Paula Campos Franco de Melo Pinto, Chefe da Divisão de Infraestruturas, Fiscalização e Manutenção;

Vogais:

1º Vogal Efetivo(a): Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos;

2º Vogal Efetivo(a): Eng.º Bernardo Luz Aboim, Técnico Superior.

2. Foi admitido ao processo concursal o seguinte candidato:

- Jorge Manuel Vargas Cabrita

3. Métodos de seleção

3.1 Os métodos de seleção utilizados foram Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica.

3.2 Da aplicação do primeiro método de seleção, Prova de Conhecimentos, foi obtida pelo único candidato admitido **Jorge Manuel Vargas Cabrita**, a classificação de **10,50 valores**.

3.3 Face à necessidade de aplicação do segundo método de seleção obrigatório, a saber Avaliação Psicológica, e conforme disposto no art.º 10º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro na redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril que regulamenta a tramitação dos procedimentos concursais, foi consultada previamente a entidade especializada pública (INA), da qual resultou, em correio eletrónico datado de 07/10/2016 que *"Atendendo ao número de projetos atualmente agendado pelo INA, a nossa disponibilidade para aplicação do método só se verifica a partir de 5 de janeiro de 2017 (...)"*

Se a data agora indicada não se coadunar com o calendário previsto por V. Exas., poderá a vossa entidade recorrer, fundamentadamente, às entidades referidas nas alíneas b) ou c) do n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145 -A/2011, de 6 de Abril, para a aplicação da Avaliação Psicológica."

Face ao anteriormente exposto, e conforme o disposto no n.º 3 do art.º 12º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, e tal como se faz constar do processo, o relatório da Avaliação Psicológica foi elaborado pela Dra. Maria Cecília Coelho Rodrigues de Almeida (cédula Profissional n.º 15510).

Da aplicação do método de seleção, Avaliação Psicológica, foi obtida pelo único candidato admitido, **Jorge Manuel Vargas Cabrita**, a classificação de **16,00 valores**.

4. Deliberou o júri, após a aplicação dos métodos de seleção constantes no respetivo aviso de abertura, proceder à classificação do único candidato admitido, tendo para o efeito recorrido à aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (PC*70\%) + (AP*30\%)$$

Onde:

CF – classificação final (0 a 20 valores);

PC – prova de conhecimentos;

AP – avaliação psicológica.

5. Face à análise dos elementos constantes do processo, e após execução dos respetivos cálculos, resultou que o candidato admitido a este procedimento concursal obteve a classificação constante da Lista de Ordenação Final dos Candidatos anexa à presente Ata e da qual é parte integrante.

6. Deliberou, por último, o júri que a classificação do candidato **Jorge Manuel Vargas Cabrita**, foi de **12,15 valores**, devendo ainda a presente ata ser submetida a homologação do Conselho de Administração, após Audiência Prévia do Interessado, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril.

7. Nada mais havendo para decidir, deu o júri por finda a reunião, da qual se elaborou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes.

Presidente Dias Paulo Campos Gomes

1º Vogal Efetivo(a) Mónica Carvalho Cerezo

2º Vogal Efetivo(a) Bernardo Luis Al.

LISTA DE ORDENAÇÃO FINAL DE CANDIDATOS

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 1 Assistente Técnico para a Divisão de Infraestruturas, Fiscalização e Manutenção (Ref.ª D).

Candidato	CF
- Jorge Manuel Vargas Cabrita	12,15

Onde:

CF – classificação final (0 a 20 valores)

SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora, 04 de novembro de 2016

A Presidente do Júri



Ana Paula Campos Franco de Melo Pinto

ATA NÚMERO TRÊS

Paulo Vistas
Presidente

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 1 Assistente Técnico para a Divisão de Infraestruturas, Fiscalização e Manutenção (Ref.ª D).

1. Aos doze dias de agosto do ano de dois mil e dezasseis, nas instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, sitas no edifício sede destes Serviços Intermunicipalizados, pelas 16h00 horas, reuniu o júri do processo concursal em epígrafe, aberto por Aviso n.º 6130/2016, Diário da República, 2ª série, n.º 92, de 12 de maio de 2016, a fim de proceder à apreciação e deliberar sobre a reclamação apresentada, pelo candidato Ricardo José Pires Rodrigues, em resultado da exclusão do mesmo do presente procedimento concursal.

O referido júri é composto:

Presidente: Eng.ª Ana Paula Campos Franco de Melo Pinto, Chefe da Divisão de Infraestruturas, Fiscalização e Manutenção;

Vogais:

1º Vogal Efetivo(a): Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos;

2º Vogal Efetivo(a): Eng.º Bernardo Luz Aboim, Técnico Superior.

2. Passou-se de seguida à análise da reclamação apresentada pelo candidato RICARDO JOSÉ PIRES RODRIGUES.

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

2.1. Foi o candidato, ora reclamante, excluído do presente procedimento concursal, conforme deliberado em sede de admissão e exclusão de candidatos, porquanto entendeu o presente júri que a candidatura efetuada pelo mesmo não cumpria com os seguintes requisitos:

- a) Não cumpriu com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência profissional em leitura de projeto;
- b) Não cumpriu com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência profissional em planeamento de mão-de-obra;
- c) Não cumpriu com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência profissional em medições e cálculo de materiais e trabalhos;

2.2. Em sede de audiência de interessados, apresentou o candidato reclamação, alegando em síntese:

- "Experiência profissional em leitura de projectos; faço notar que desempenho funções de marcação e implantação de instalações técnicas previamente dimensionadas e com traçados, logo tenho as capacidades de interpretação de projeto, seja no óptica de executante seja de fiscalização (...)" alegando a execução de diversas outras tarefas.

Sobre presente alegação o júri procedeu à consulta do conteúdo funcional do candidato descrito em Mapa de Pessoal, que refere "Proceder à operação e manutenção das redes de águas. Reparar roturas e executar pavimentos. Remodelar a rede de águas e executar ramais. Executar trabalhos em casa do consumidor".

Ora, do teor do conteúdo funcional não emana qualquer informação que sustente a realização de tarefas ou actividades para além da execução de trabalhos de manutenção de redes de abastecimento de água. Por outro lado, atente-se que o candidato se encontra integrado na carreira e categoria de assistente operacional competindo-lhe genericamente o cumprimento de *"funções de natureza executiva, de carácter manual ou*

mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário à sua manutenção e reparação dos mesmos.” Desta da forma, e tratando-se de procedimento concursal para carreira e categoria de assistente técnico, considera o júri que não existe experiência na actual carreira e categoria passível de ser considerada compatível com a exigida no âmbito do concurso.

- *“Experiência profissional em planeamento de mão-de-obra; ter que preparar e executar manobras na rede, utilizar recursos humanos e meios técnicos para garantir que o menor número de consumidores sejam afectados (...)”.*

Sobre a presente alegação, considera o júri que não existe fundamento objetivo, considerando o conteúdo funcional que enquadra a relação jurídica de emprego público do trabalhador, atentas as funções atribuíveis à carreira e categoria de assistente operacional, já mencionadas anteriormente.

- *“Experiência profissional em medição e cálculos de materiais e trabalhos, preparar resposta a propostas de mapas de quantidades de mão-de-obra utilizada fichas técnicas e gerada de peças, como vem referida na ata do BNPParibas, Expo e Av. Alexandre Herculano cem mil m2 de escritórios remodelação do de núcleo de casas de banho, RIA e AVAC. Escolha de materiais e órgãos para as diversas atividades.”*

Sobre a presente alegação, o júri considera que as tarefas descritas na declaração não comprovam a existência de experiência específica em medições e cálculo de materiais e trabalhos, tal como exigido no Aviso de abertura, reportando-se a trabalhos gerais de consultoria fora do âmbito da administração direta.

3. Assim, efectuada a apreciação da reclamação apresentada, e ponderados os elementos suscitados na mesma, decidiu o júri pela manutenção da decisão de exclusão, negando-se assim o provimento ao requerimento apresentado.

4. Mais deliberou o júri, nos termos do n.º 6 do art.º 31º, conjugado com o n.º 3 do art.º 30º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, na redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, notificar o candidato da presente decisão da qual poderá interpor recurso nos termos da Lei.

5. Nada mais havendo a constar, deu o júri por concluída a reunião, da qual se elaborou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes.

Presidente João Gomes

1º Vogal Efetivo(a) Monica Carvalho Claro

2º Vogal Efetivo(a) Bernardo Luis

ATA NÚMERO DOIS

Paulo Vistas

Presidente

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 1 Assistente Técnico para a Divisão de Infraestruturas, Fiscalização e Manutenção (Ref.ª D).

1. Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis, nas instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, sitas no edifício sede destes Serviços Intermunicipalizados, pelas 12h00 horas, reuniu o júri do processo concursal em epígrafe, aberto por Aviso n.º 6130/2016, Diário da República, 2ª série, n.º 92, de 12 de maio de 2016, a fim de proceder à apreciação das candidaturas e deliberar sobre a admissão e exclusão dos candidatos.

O referido júri é composto:

Presidente: Eng.ª Ana Paula Campos Franco de Melo Pinto, Chefe da Divisão de Infraestruturas, Fiscalização e Manutenção;

Vogais:

1º Vogal Efetivo(a): Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos;

2º Vogal Efetivo(a): Eng.º Bernardo Luz Aboim, Técnico Superior.

2. Passou-se de seguida à análise das candidaturas apresentadas. No seguimento da apreciação e avaliação realizadas às mesmas, decidiu o júri:

2.1 Admitir o candidato:

- Jorge Manuel Vargas Cabrita

2.2 Excluir os candidatos:

- Ana Aline Saldanha Castoeira Bernardo (1) (8) (10) (12)
- Ana Rita Ribeiro Fernandes (1) (3) (5)
- Edgar Dinis Jesus Vaz (1)
- Eva da Conceição Hilário Venâncio (1) (8) (10) (12)
- Fábio Manuel Pimentel Rebelo (1) (8) (10) (12)
- Fernando Manuel dos Santos Correia Soares (1) (8) (10) (12)
- José Alberto Pina Bento Ferreira da Silva (8) (10) (12)
- José Manuel Cavalheiro dos Santos (1) (4) (7) (10) (11)
- José Varela de Oliveira (1) (8) (10) (12)
- Maria de Jesus Correia Semedo (1) (3) (4) (5) (7) (9) (11)
- Mariana Teles Pimentel Taborda Faria do Nascimento (1) (3) (5) (8) (10) (12)
- Mário Manuel Rodrigues Videira (1) (6) (8) (10) (12)
- Nuno Miguel Fernandes Rego (1) (8) (10) (12)
- Paula Cristina Azevedo Lopes (1) (8) (10) (12)
- Pedro Nuno Fernandes dos Santos Gonçalves (1) (8) (10) (12)
- Ricardo José Pires Rodrigues (8) (10) (12)
- Rita Teles Pimentel Taborda Faria (2) (3) (5) (8) (10) (12)

Motivos da Exclusão

- (1) Não cumpre com requisitos de admissão, conforme exigido no ponto 5.5 do Aviso, nomeadamente titularidade de relação jurídica de emprego público;
- (2) Não comprova requisitos de admissão, conforme exigido no ponto 5.5 do Aviso, nomeadamente titularidade de relação jurídica de emprego público;
- (3) Não cumpre com requisitos de apresentação de candidatura, conforme exigido no ponto 6.4 do Aviso, nomeadamente envio de certificado de habilitações literárias exigidas para o posto de trabalho;

- (4) Não cumpre com requisitos de apresentação de candidatura, conforme exigido no ponto 6.4 do Aviso, nomeadamente envio de documento(s) comprovativo(s) do exercício de funções inerentes à área de atividade posta a concurso;
- (5) Não comprova requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2 do Aviso, nomeadamente habilitações literárias exigidas para o posto de trabalho;
- (6) Não cumpre com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2 do Aviso, nomeadamente habilitações literárias exigidas para o posto de trabalho;
- (7) Não comprova requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência profissional em leitura de projeto;
- (8) Não cumpre com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência profissional em leitura de projeto;
- (9) Não comprova requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência profissional em planeamento de mão-de-obra;
- (10) Não cumpre com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência profissional em planeamento de mão-de-obra;
- (11) Não comprova requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência profissional em medições e cálculo de materiais e trabalhos;
- (12) Não cumpre com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência profissional em medições e cálculo de materiais e trabalhos;

3. Nos termos do n.º 3 do art.º 29º e n.º 3 do art.º 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o júri decidiu proceder à audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo, determinando como forma de notificação o envio por correio eletrónico com recibo de entrega da notificação para todos os candidatos que tenham mencionado na sua candidatura o endereço de correio eletrónico e por ofício registado com aviso de receção para os restantes.

4. Mais deliberou o júri que a data, hora e local da aplicação dos restantes métodos de seleção, a que se refere o ponto 7. do Aviso de Abertura, serão comunicados, oportunamente, aos candidatos admitidos.

5. Nada mais havendo a constar, deu o júri por concluída a reunião, da qual se elaborou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes.

Presidente João Gomes

1º Vogal Efetivo(a) Mónica Carvalho Claro

2º Vogal Efetivo(a) Bernardo Luz

Paulo Vistas
14/11/16

ATA NÚMERO UM

Paulo Vistas
Presidente

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 1 Assistente Técnico para a Divisão de Infraestruturas, Fiscalização e Manutenção (Ref.ª D).

1. Aos dois dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, nas instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, sitas no edifício sede destes Serviços, pelas 11h00 horas, reuniu o júri do processo concursal em epígrafe, aberto por Aviso n.º 6130/2016, Diário da República, 2ª série, n.º 92, de 12 de maio de 2016, a fim de estabelecer o calendário a que se propõe obedecer para cumprimento dos prazos no âmbito do referido procedimento.

O referido júri é composto:

Presidente: Eng.ª Ana Paula Campos Franco de Melo Pinto, Chefe da Divisão de Infraestruturas, Fiscalização e Manutenção;

Vogais:

1º Vogal Efetivo(a): Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos;

2º Vogal Efetivo(a): Eng.º Bernardo Luz Aboim, Técnico Superior.

2. Passou-se, de seguida, à definição da calendarização a que o júri se propõe obedecer para cumprimento dos prazos estabelecidos no art.º 22º, n.º 4 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, da qual resultou o documento que se anexa à presente Ata e da qual é parte integrante.

3. Nada mais havendo a constar, deu o júri por concluída a reunião, da qual se elaborou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes.

Presidente *Ana Paula Campos Franco*

1º Vogal Efetivo(a) *Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro*

2º Vogal Efetivo(a) *Bernardo Luz Aboim*

ATA NÚMERO UM

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 1 Assistente Técnico para a Divisão de Infraestruturas, Fiscalização e Manutenção (Ref.ª D).

Calendário a que o Júri se propõe obedecer para cumprimentos dos prazos estabelecidos na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Procedimento	Prazo
Elaboração do calendário a que o Júri se propõe obedecer para cumprimento dos prazos estabelecidos na Portaria 145-A/2011 (art.º 22º, n.º 4)	até 14 de junho de 2016
Elaboração do projeto de lista dos candidatos admitidos e excluídos do procedimento concursal, sua publicação na página eletrónica e notificação dos candidatos	10 dias úteis subsequentes à data limite de apresentação de candidaturas
Audiência dos interessados (artigo 30º, n.º 1 e artigo 31º, n.º 1, alínea a), da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 101º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo)	
Apreciação das questões suscitadas pelos candidatos em sede de audiência dos interessados (artigo 31º, n.º 1 e n.º 2 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 ou 20 dias úteis a contar da realização da audiência dos interessados, consoante os interessados que apresentem pronúncia sejam =< 100 ou > 100 respetivamente
Convocação dos candidatos admitidos para a aplicação dos métodos de seleção (artigo 32º da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar da data limite para apreciação da audiência de interessados
Aplicação do método de seleção	a partir do 6º dia útil
Publicação na página eletrónica e receção dos resultados obtidos no 1º método de seleção (artigo 33º, n.º 1, da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 dias úteis a contar da realização da prova
Convocação dos candidatos admitidos para a aplicação do 2º método de seleção (artigo 32º da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar da data limite para apreciação da do 1º método
Aplicação do método de seleção	a partir do 6º dia útil

Procedimento	Prazo
Ordenação final dos candidatos e notificação (artigo 34º, n.º 3, da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 dias úteis após a realização do último método de seleção
Ordenação final dos candidatos e notificação (artigo 34º, n.º 3, da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 dias úteis após a realização do último método de seleção
Audiência de interessados Audiência dos interessados (artigo 36º, n.º 1, conjugado com o artigo 30º, n.º 1 e artigo 31º, n.º 1, alínea a), da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 101º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo)	10 dias úteis após envio
Apreciação das questões suscitadas pelos candidatos em sede de audiência dos interessados (artigo 36º, n.º 1, conjugado com os n.º 2 e 3 do artigo 31º, n.º 1, alínea a), da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 ou 20 dias úteis a contar da realização da audiência dos interessados, consoante os interessados que apresentem pronúncia sejam ≤ 100 ou > 100 respetivamente
Elaboração da lista final de ordenação final e submissão da lista a homologação (artigo 36º, n.º 2 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar da data limite para apreciação da audiência dos interessados
Notificação dos candidatos do ato de homologação da lista final de ordenação final (artigo 36º, n.º 4 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar do ato de homologação
Envio para publicação da lista final de ordenação final após homologação, na 2ª série do DR, página eletrónica e receção (artigo 36º, n.º 6 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar do ato de homologação

Presidente António Paulo Campos Gomes

1º Vogal Efetivo(a) Mónica Carreira Cerezo

2º Vogal Efetivo(a) João Luís